

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001322/2011
DATA DE REGISTRO NO MTE: 27/07/2011
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR040732/2011
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.029986/2011-46
DATA DO PROTOCOLO: 21/07/2011

SIND DOS EMP EM CONC E DIST DE VEIC AUTOMOTORES NO RJ, CNPJ n. 39.515.275/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DALMO MALHEIROS RAMOS;

E

SIND CONCESSIONARIOS DIST VEICULOS AUTOMOTORES DO RJ, CNPJ n. 40.339.202/0001-87, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SEBASTIAO PEDRAZZI;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2011 a 30 de abril de 2012 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS EM CONCESSIONÁRIAS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com abrangência territorial em **Bom Jesus do Itabapoana/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ, Itaperuna/RJ, Macaé/RJ, Miracema/RJ, Natividade/RJ e Santo Antônio de Pádua/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica estabelecido que o trabalhador da categoria representada, não poderá receber a título de piso salarial valor inferior a R\$ 700,00 (setecentos reais).

Parágrafo Único: O referido piso salarial, será utilizado na aplicação do salário-hora do menor aprendiz.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

As empresas situadas nos municípios mencionados na presente convenção, reajustarão os salários de todos os seus empregados, em 1º de maio de 2011, na forma abaixo:

Parágrafo Primeiro: Será aplicado sobre os salários de maio de 2010, o percentual de reajuste de 7% (sete por cento), compensando-se todas as antecipações salariais espontâneas ou compulsórias, concedidas no período de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011.

Outrossim, conforme Instrução Normativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 04/93, na hipótese de empregado admitido após a data-base, ou se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base, o reajustamento será calculado de forma proporcional em relação a data de admissão, e com preservação da hierarquia salarial, ou seja, 1/12 (hum doze avos) por mês de serviço.

Parágrafo Segundo: As vantagens salariais decorrentes do término de aprendizagem, promoção por antiguidade ou merecimento, reclassificação, transferência de cargo, designação para novo cargo ou acesso, equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado, não serão objeto de compensação ou dedução.

Parágrafo Terceiro: O presente reajuste se dará em toda a categoria não ocorrendo a distinção de aplicação do reajuste entre os funcionários.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO MENSAL DE SALÁRIOS

O pagamento dos salários dos funcionários será de acordo com o disposto no Artigo 459, Parágrafo 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe:

"Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido."

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovante de pagamento que deverá conter a identificação da empresa, a discriminação de todas as verbas pagas e os descontos efetuados, inclusive, o valor referente aos depósitos do FGTS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DIFERENÇAS

As diferenças salariais advindas da presente Convenção serão pagas em conjunto com o salário do mês subsequente ao da assinatura do presente instrumento.

Remuneração DSR

CLÁUSULA OITAVA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

O repouso semanal remunerado será calculado apurando-se o percentual, tomando-se por base os domingos e feriados divididos pelo número de dias trabalhados.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA NONA - CÁLCULOS TRABALHISTAS

A média de comissões e de horas extras, para cálculo de férias, 13º salário, aviso prévio e verbas rescisórias dos empregados comissionistas, terá como base a média dos 6 (seis) últimos meses.

Parágrafo Único: O cálculo da média das horas extras terá como base os valores quantitativos, obedecendo-se os percentuais indicados na Cláusula Décima Quinta da presente Convenção.

CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO

Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CHEQUES SEM FUNDO

É vedado às empresas, descontarem nos salários de seus empregados, as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos de clientes, desde que o empregado tenha cumprido as normas da empresa quanto ao recebimento dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE-TRANSPORTE

As empresas procederão aos descontos do vale-transporte de seus empregados da seguinte forma:

- a) Os empregados que percebem salário até R\$ 700,00 (setecentos reais), o percentual de desconto será de 0,5% (meio por cento) sobre o referido salário;
- b) Os empregados que percebem salário acima de R\$ 700,00 (setecentos reais), o desconto a ser efetuado no percentual de 6% (seis por cento), deverá incidir sobre o valor total apurado no somatório da parte fixa, acrescida da comissão, agregando-se, também, os valores percebidos à título de gratificação, devendo o valor do desconto não ultrapassar o limite máximo permitido por Lei.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA MÍNIMA

A todo empregado será garantido o pagamento do piso salarial da categoria, prevista na cláusula terceira.

Parágrafo Primeiro: Aos vendedores comissionistas puros (que percebam salário somente à base de comissões), na hipótese do somatório de sua comissão não alcançar o piso mínimo da categoria, à estes será garantido o pagamento do complemento para atingir o piso salarial.

Parágrafo Segundo: Aos vendedores comissionistas mistos (que percebam salário fixo mais comissão) será garantido o pagamento do piso salarial, caso a soma do salário fixo mais a comissão não atinja o referido piso salarial.

Parágrafo Terceiro: Quanto aos demais empregados, que não estejam na função de vendedores, à estes será dado o mesmo tratamento do parágrafo anterior, ficando garantido o salário fixo vigente que percebam à época da assinatura da presente convenção coletiva.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SALÁRIO DE INGRESSO

O piso da categoria será garantido ao empregado desde o momento da admissão, inclusive durante o contrato de experiência.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias laboradas nos dias úteis, serão remuneradas com adicional de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal.

Parágrafo Primeiro: As horas extras laboradas aos domingos e feriados serão remuneradas de acordo com a Legislação vigente.

Parágrafo Segundo: O "caput" desta cláusula e seu parágrafo primeiro, não se aplicam ao setor de vendas em geral, desde que a concessionária tenha aderido ao Termo de Adesão indicado na Cláusula Trigésima Terceira do presente instrumento.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INSALUBRIDADE

Na hipótese de ser necessária, a empresa dentro dos parâmetros legais, tomará as providências que a Legislação vigente determinar no que concerne a detectar as áreas insalubres no seu estabelecimento comercial.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - QUEBRA DE CAIXA

Aos empregados que exercem a função de caixa, será pago à título de quebra de caixa no valor de R\$ 65,27 (sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos) mensais.

Parágrafo Único: Os empregados que percebam valores acima do mencionado nesta Cláusula não sofrerão qualquer diminuição do respectivo valor, o qual deverá ser mantido por este último o mais favorável.

Comissões

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ANOTAÇÃO DE COMISSÕES E BASE DE CÁLCULO

As empresas se obrigam quando da admissão de empregados com remuneração à base de comissões, a anotar na parte de Anotações Gerais de sua CTPS o percentual de comissão, bem como a sua base de cálculo, ou a critério da empresa estabelecer condições em contrato a parte, a ser mencionado na CTPS.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REFEIÇÃO

As empresas concederão refeição aos seus empregados, dentro dos critérios estabelecidos por cada empresa. As empresas poderão optar pela concessão de tickets-alimentação, ticket-refeição ou cesta-básica, observando-se o seguinte critério: na hipótese de ser fornecido ticket-refeição, este deverá ter como valor facial de no mínimo de R\$ 9,95 (nove reais e noventa e cinco centavos), em número idêntico aos dias a serem trabalhados. Para as empresas que não possuam refeitório, os empregados que realizarem as suas refeições em suas respectivas residências, à estes, serão fornecidos em substituição ao ticket-refeição, o correspondente vale-transporte para a sua locomoção à residência e retorno ao trabalho, independente do vale-transporte de deslocamento para o trabalho ou vice-versa.

Parágrafo Único: As empresas procederão aos decontos da seguinte forma:

- a) os empregados que percebem salário até R\$ 700,00 (setecentos reais), o percentual de desconto será de até 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do ticket-alimentação ou refeição, o mesmo ocorrendo no caso de fornecimento de refeições pela empresa;
- b) os empregados que percebem salário acima de R\$ 700,00 (setecentos reais) até R\$ 1.329,00 (hum mil, trezentos e vinte e nove reais), o percentual de desconto será de até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do ticket-alimentação ou refeição, o mesmo ocorrendo no caso de fornecimento de refeições pela empresa;
- c) os empregados que percebem salário acima de R\$ 1.329,00 (hum mil, trezentos e vinte e nove reais), até R\$ 1.991,00 (hum mil, novecentos e noventa e um reais) o percentual de desconto será de até 15% (quinze por cento) sobre o valor mensal do ticket-alimentação ou refeição, o mesmo ocorrendo no caso de fornecimento de refeições pela empresa;
- d) os empregados que percebem salário acima de R\$ 1.991,00 (hum mil, novecentos e noventa e um reais), o percentual de desconto será de até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do ticket-alimentação ou refeição, o mesmo ocorrendo no caso de fornecimento de refeições pela empresa.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado, de empresa que não possua seguro de vida coletivo, diante da apresentação do atestado de óbito, será pago pela empresa o total equivalente a 2 (dois) salários-mínimos, estabelecidos pelo Governo Federal, ao conjunto de beneficiários legais, ou será concedido à família do "de-cujus" um auxílio funeral a critério da empresa, não devendo ser tal auxílio inferior a dois salários-mínimo.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

As empresas se comprometem a fornecer aos empregados admitidos na vigência da presente Convenção, a cópia do contrato de trabalho.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

As empresas comunicarão por escrito ao empregado os motivos de sua dispensa, no caso de justa causa como nos casos de suspensões disciplinares e advertências que lhes forem aplicadas.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO ESPECIAL

Ao empregado que constar mais de 10 (dez) anos de serviço na empresa, concomitantemente, tenha mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade, fica assegurado o aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias no caso de rescisão sem justa causa.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS

Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, as empresas se comprometem desde que o empregado solicite, a fornecer o atestado de afastamento e salários (AAS) para fins previdenciários e a declaração de rendimento para fins de imposto de renda.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA PRÉ-APOSENTADORIA-GARANTIA

As empresas assegurarão aos empregados que estiverem, comprovadamente há 12 (doze) meses da aquisição do direito a aposentadoria e que contém 0 (dez) anos de serviço ininterrupto na mesma empresa, desde que sejam comunicadas expressamente a primeira circunstância, a manutenção do emprego ou o pagamento do salário nominal, durante o período que faltar para a aposentadoria, excetuando-se os casos de demissão por justa causa ou extinção do estabelecimento.

Parágrafo Único: Os empregados que não comunicarem a aquisição do direito a que se refere esta Cláusula às respectivas empresas no tempo hábil, não farão jus a garantia do emprego, nem ao reconhecimento ao salário nominal, durante o período que faltar para a aposentadoria.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - NÍVEL DE EMPREGO

As empresas comprometem-se a manter sua política de pessoal, praticando demissões imotivadas somente quando esgotadas as possibilidades de aproveitamento.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO ACORDO SOBRE A COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO E FERIADOS PROLONGADOS

Os convenientes desde já, estabelecem que as empresas pertencentes a esta categoria, poderão firmar com seus empregados, sempre que necessário ou desejarem, e, nos limites da Legislação vigente, acordos de compensação de trabalho no que diz respeito aos dias úteis que se situem entre dias de feriados no curso da semana, bem como, para compensar o dia de sábado na semana que o precede. Outrossim, nos dias em que venham ocorrer eventos especiais de ordem nacional ou regional, as empresas poderão firmar com seus empregados, horário de expediente diverso do normal, compensando-se em outros dias as horas porventura laboradas e/ou excedentes naqueles dias.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ABONO DE FALTAS PARA O EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas de funcionário estudante nos dias de prova, desde que avise a empresa com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIA DOS EMPREGADOS EM CONCESSIONÁRIAS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS

Fica convencionado que a terceira 2ª feira do mês de outubro as empresas concessionárias e distribuidores de veículos não funcionarão para que seja comemorado o Dia do Concessionarista nas empresas concessionárias e distribuidores de veículos automotores, não havendo expediente nesta data.

Parágrafo Primeiro: Fica facultado as empresas de adotarem como Dia do Concessionarista a mesma data do comerciário, caso esta seja diferente da data indicada co "caput".

Parágrafo Segundo: As empresas de veículos pesados poderão na data indicada no "caput" da Cláusula, ter em funcionamento, no sistema de plantão, um mecânico e um eletricista, sendo garantido aos empregados do plantão, um dia de descanso na semana seguinte ao fato, folga esta que deverá ser gozada entre a 2ª e 6ª - feira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO BANCO DE HORAS

Pela presente Convenção, as empresas ficam desde já autorizadas pelas entidades sindicais convenientes, a instituírem o Banco de Horas em seus estabelecimentos, respeitando-se em especial os critérios estabelecidos nos parágrafos 2º, 3º e 4º do

artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho. As empresas que aderirem ao plano de BANCO DE HORAS, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, deverão aferir se o empregado compensou corretamente todas as horas laboradas no âmbito do aludido Banco de Horas, ou se percebeu as horas não compensadas. Na hipótese de não ter ocorrido nenhuma das situações acima mencionadas, a empresa deverá quitar no ato da rescisão, as correspondentes horas, utilizando-se o percentual estabelecido neste instrumento na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ACORDO PARA TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS

Fica autorizado a abertura das concessionárias no Estado do Rio de Janeiro nos setores de veículos novos e usados aos domingos e feriados nos termos do abaixo estabelecido:

Parágrafo Primeiro: Só poderão funcionar as concessionárias que aderirem ao Termo de Adesão.

Parágrafo Segundo: As concessionárias poderão funcionar aos domingos e feriados, no expediente de 9:00 (nove) às 18:00 (dezoito) horas, aplicando-se esta regra tão somente aos empregados integrantes do departamento de vendas de veículos novos e usados das concessionárias.

Parágrafo Terceiro: Ao empregado será concedido um intervalo de 01 (uma) hora para refeição e descanso.

Parágrafo Quarto: O presente termo não poderá ser aplicado ao feriado de 1º de maio e do Dia do Concessionarista, sob qualquer condição.

Parágrafo Quinto: À todo empregado que laborar aos domingos, lhe será garantido uma folga em um dos domingos do mês, a critério de cada empresa.

Parágrafo Sexto: Os trabalhos realizados aos domingos, feriados, feiras, exposições e outros eventos serão compensados na semana seguinte, de acordo com a escala de revezamento previamente estabelecida,

Parágrafo Sétimo: Os empregados admitidos posteriormente a assinatura da presente Convenção, aderem automaticamente no que se aplicar as condições ora estabelecidas.

Parágrafo Oitavo: Em havendo a realização de feiras, exposições e outros eventos, em que a empresa que tenha aderido a presente Convenção venha participar, os seus empregados integrantes do setor de vendas, desde já, ficam comprometidos a comparecer a tais eventos, devendo, neste caso, serem avisados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, de forma expressa.

Parágrafo Nono: Fica estabelecido que deverá constar da escala de revezamento o nome dos funcionários que irão laborar em domingos e feriados, com as respectivas folgas, bem como nos eventos mencionados no Parágrafo Oitavo.

Parágrafo Décimo: As empresas participantes da presente Convenção formalizarão a sua adesão mediante a apresentação de termo próprio, o qual somente terá validade com a devida autenticação dos sindicatos convenientes, observando-se o seguinte:

I - O Sindicato da categoria receberá o Termo de Adesão e o remeterá ao Sindicato patronal instruído com os documentos abaixo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do seu recebimento:

- a) 3 (três) vias do Termo de Adesão;
- b) 2 (duas) vias do Contrato Social da empresa;
- c) 2 (duas) vias do cartão do CNPJ (fotocópia).

Parágrafo Único: As empresas deverão estar em dia com as suas contribuições sindicais estabelecidas na Convenção Coletiva, devendo apresentar tais comprovantes quando da assinatura do presente termo.

I - No impresso deverão constar as assinaturas do empregador e dos empregados que irão trabalhar, estes com o número da CTPS e sua função, além do carimbo do CNPJ do estabelecimento.

II - O Termo de Adesão deverá ser entregue à Concessionária devidamente formalizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da entrega da documentação estabelecida no Parágrafo Décimo.

III - A concessionária manterá em sua matriz e filiais uma cópia do Termo de Adesão a que se refere, acompanhada da escala de revezamento.

IV - Aos empregados que trabalharem nas condições contidas na presente Convenção, lhes serão fornecidas no ato da adesão, cópia deste instrumento mediante comprovante de entrega.

Parágrafo Décimo Primeiro: As empresas fornecerão alimentação a seus empregados que laborarem nos domingos e feriados, mediante uma ajuda no valor de R\$ 11,25 (onze reais e vinte e cinco centavos), ficando ressalvado que, caso a empresa utilize os critérios estabelecidos na Lei 6.327/76 e legislação posterior que regula o PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, não precisarão pagar a ajuda de alimentação.

Parágrafo Décimo Segundo: No ato da assinatura do Termo de Adesão às condições ora contratadas, as empresas recolherão por estabelecimento, ao Sindicato dos empregados para reposição de despesas, a importância abaixo

estabelecida:

a) R\$ 488,60 (quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos) para as que dispuserem até de 20 (vinte) empregados para a execução dos termos da presente Convenção.

b) R\$ 811,06 (oitocentos e onze reais e seis centavos) para as empresas que dispuserem acima de 20 (vinte) empregados para a execução dos termos da presente Convenção.

Parágrafo Décimo Terceiro: As empresas que com ou sem o Termo de Adesão, abrirem nos dias 1º de maio e/ou no Dia do Concessionarista, pagarão 10 (dez) salários-mínimo federais, além da importância a ser paga, consoante as alíneas "a" e "b" do Parágrafo Décimo Segundo da presente Cláusula, por estabelecimento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO TRABALHO EM ESCALA

Considerando a necessidade de ser adotado pelas empresas o trabalho em escala, pela presente Convenção, fica estabelecido que o mesmo poderá ser contratado e realizado, respeitando-se a modalidade de 12X36 (doze por trinta e seis) e 24/48 (vinte e quatro por quarenta e oito), para os exercentes da função de vigia, desde que essa nova modalidade de trabalho não venha a ensejar a redução do quadro de funcionários do setor. Por sua vez, tal condição não atinge a hipótese de demissão, quando praticada objetivando a substituição do empregado ou por motivo de justa causa, nos termos da legislação em vigor. Outrossim, o pactuado na presente Cláusula se aplica aos casos já existentes

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DE UNIFORMES

A critério de cada empresa será fornecido uniforme, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Parágrafo Único: Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho com o empregado, este deverá devolver os uniformes que estiverem sob a sua guarda e responsabilidade, sob pena de ser descontado de suas verbas rescisórias os valores pertinentes aos aludidos uniformes.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados médicos e odontológicos, passados pelos facultativos do sindicato laboral, serão aceitos pelas empresas para justificativas e abono de faltas ou atrasos ao serviço.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADE ASSOCIATIVAS

Observado o disposto no Artigo 545 da CLT, as empresas descontarão em folha de pagamento as mensalidades associativas devidas por seus empregados aos sindicato laboral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - COMPROMISSO

As empresas descontarão dos seus empregados, em folha de pagamento, as contribuições sindicais na forma e no valor que forem fixados em assembleias da categoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas como meras intermediárias, descontarão dos salários dos seus empregados, em folha de pagamento, a contribuição assistencial, pelo que o sindicato dos empregados lhes proporcionará direta e indiretamente assistência jurídica em Varas de Família, assim como acesso gratuito aos eventos sociais e esportivos da entidade, ou através de convênios, bem como benefícios dos Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho. A contribuição assistencial será descontada mensalmente na importância de R\$ 4,32 (quatro reais e trinta de dois centavos), para quem ganha até R\$ 700,00 (setecentos reais), de R\$ 8,03 (oito reais e três centavos), para quem ganha acima de R\$ 700,00 (setecentos reais) até R\$ 1.326,80 (hum mil, trezentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), e de R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos), para quem, ganha acima de R\$ 1.326,80 (hum mil, trezentos e vinte e seis reais e oitenta centavos) e recolhida até o dia dez do mês subsequente ao desconto, em guia fornecida gratuitamente pelo sindicato profissional. Caso não ocorra o recolhimento até a data fixada, incidirá sobre o valor devido, multa de 2% (dois por cento). O

referido desconto ocorrerá a partir do mês de maio de 2011.

Parágrafo Primeiro: Ficam isentos do desconto estabelecido nesta Cláusula, os trabalhadores associados que comprovarem junto à instituição sua condição e regularidade como associado do sindicato profissional.

Parágrafo Segundo: Por sua vez, o sindicato dos empregados, considerando que os valores descontados são devidos pelos integrantes de sua categoria profissional, assume inteira responsabilidade por qualquer iniciativa processual que advenha do mencionado desconto por parte da categoria ou do Ministério Público do Trabalho, respondendo perante o empregado e o órgão público pelo reembolso dos aludidos valores descontados.

Parágrafo Terceiro: As empresas encaminharão ao sindicato dos empregados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desconto, cópia dos comprovantes de depósito e relação de empregados com o valor do respectivo desconto.

Parágrafo Quarto: Fica garantido aos trabalhadores o direito de oposição ao referido desconto, que deverá ser apresentado individualmente a ENTIDADE SINDICAL PROFISSIONAL, por carta redigida de próprio punho, identificando a empresa a qual pertence, por AR (aviso de recebimento), ou no protocolo da Entidade Sindical Laboral, com sede à Avenida Passos, 122, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.051-040, ou em sua sucursal, no horário de funcionamento de 10:00 às 17:00 horas, no prazo de até 10 (dez) dias que anteceder ao primeiro pagamento, que ocorrerá no mês da assinatura deste instrumento (precedente normativo 74 do TST).

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS MULTAS

O não cumprimento de quaisquer das cláusulas da presente Convenção pelas empresas, implicará em multa no valor de 1 (um) salário-mínimo, este sendo o estabelecido pelo Governo Federal, por infração que reverterá em favor do Sindicato dos empregados.

Parágrafo Único: Em caso da questão estar sendo discutida em Juízo a multa, não será devida.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA LEGITIMIDADE DAS PARTES

As empresas e os empregados abrangidos pelo presente instrumento, cujos sindicatos o assinam, reconhecem reciprocamente um ao outro, como únicos e legítimos representantes das categorias convenientes da base territorial do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA PRORROGAÇÃO

As partes convenientes, desde já, estabelecem que todas as Cláusulas deste instrumento terão validade até a assinatura de nova Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo, limitada tal prorrogação ao prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 1º de maio de 2011, consoante estabelecido no parágrafo 3º do artigo 614 da Consolidação das Leis do Trabalho

DALMO MALHEIROS RAMOS

Presidente

SIND DOS EMP EM CONC E DIST DE VEIC AUTOMOTORES NO RJ

SEBASTIAO PEDRAZZI

Presidente

SIND CONCESSIONARIOS DIST VEICULOS AUTOMOTORES DO RJ

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .